



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1 – Contexto Operacional

O Município do Rio de Janeiro é uma pessoa jurídica de direito público interno, fundada em 30/07/1975, com sede na Cidade do Rio de Janeiro à Rua São Clemente, 360 – Botafogo, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48.

A Administração Direta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 30 (trinta) Secretarias Municipais/Especiais, Gabinete do Prefeito, Vice Prefeitura, Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e 25 (vinte e cinco) Fundos Especiais, e do Poder Legislativo composto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) e pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio).

O objetivo principal da Administração da Prefeitura é o de prestar serviços à sociedade, sobretudo com aplicações em programas e políticas voltadas para educação, saúde, urbanização, cultura, assistência social, habitação, transporte, gestão ambiental e outras inseridas na sua competência constitucional.

De acordo com esse objetivo, os ativos (direitos e créditos), obrigações, receitas e despesas apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público refletem essa missão institucional, devendo ser interpretadas e entendidas a luz desse objetivo.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas e regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 (que aprova a parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários), Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 (que aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS) e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 (que aprova a Parte Geral e as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nas disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.



O Balanço Orçamentário apresenta, no quadro principal, a execução orçamentária no exercício, comparando a previsão da receita orçamentária com sua realização, bem como demonstra e compara a fixação da despesa orçamentária com o seu montante empenhado, liquidado e pago.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e desembolsos financeiros, segregando os valores orçamentários e não orçamentários. Como a despesa orçamentária é considerada pelo seu valor total empenhado, o montante não pago até o final do exercício referente aos restos a pagar, além das consignações e retenções, são considerados na coluna de Ingressos extraorçamentários. Da mesma forma, os valores pagos no exercício referentes aos Restos a Pagar, além das retenções e consignações, são demonstrados na coluna de dispêndios como pagamentos extraorçamentários por não pertencerem ao orçamento do exercício e não estarem incluídos no montante da despesa orçamentária.

O quadro principal do Balanço Patrimonial apresenta os saldos dos bens e créditos por ordem de liquidez, subdivididos em Ativo Circulante e Não Circulante, as obrigações com terceiros por ordem de exigibilidade, em Passivo Circulante e Não Circulante e os valores que formam o Patrimônio Líquido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto, e deve evidenciar as alterações de caixas e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações incluídas no Sistema corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pelos órgãos, sendo de responsabilidade dos gestores desses órgãos as operações realizadas e registradas.

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1 – Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento da receita o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2 – Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35, II, da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.



3.3 – Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de inscrição, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta considera os numerários existentes em contas correntes e aplicações financeiras, incluindo os fundos especiais, e outras contas relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos e Poupanças estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras em demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e não vinculados.

3.5 – Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber são registrados com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e demais órgãos, com os ajustes para expectativa de perdas no recebimento desses créditos.

3.6 – Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes em almoxarifado.

3.7 – Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição, sendo os ajustes apurados e contabilizados em contas de resultado.

3.8 – Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou custo de produção ou de construção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de depreciação e reavaliação.



3.9 – Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de amortização.

3.10 – Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 – Notas às Demonstrações Contábeis

4.1 – Balanço Orçamentário

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 30.814.302.149,00 e, após as movimentações de suplementação/cancelamento de créditos orçamentários, a dotação atualizada em 31/12/2023 foi de R\$ 34.967.812.260,10.

Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
R\$	R\$	R\$	R\$
30.814.302.149,00	19.819.153.282,23	15.665.643.171,13	34.967.812.260,10

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 2.912.706.163,07, representado pela diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Vínculo de Recursos

Identificação dos Recursos	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resultado Orçamentário
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Recursos Não Vinculados	21.391.185.738,58	18.898.795.962,15	18.424.651.326,22	17.748.988.510,79	2.492.389.776,43
Recursos Vinculados	12.330.616.121,91	11.910.299.735,27	11.201.445.179,78	10.445.364.283,45	420.316.386,64
Total	33.721.801.860,49	30.809.095.697,42	29.626.096.506,00	28.194.352.794,24	2.912.706.163,07

Foram abertos créditos orçamentários com base no superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 2.336.572.970,36. Deste valor, foram empenhadas despesas no montante de R\$ 2.057.055.090,56, sendo R\$ 1.412.731.147,15 de recursos não vinculados, e R\$ 644.323.943,41 de recursos vinculados.

4.2 – Balanço Financeiro



O resultado evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo no valor de R\$ 990.988.947,60, correspondente à variação das disponibilidades no final do exercício de 2023, no valor de R\$ 5.718.427.858,90 e no início do exercício no valor de R\$ 6.709.416.806,50. A seguir apresentamos a composição do resultado:

Detalhamento	R\$
Receita orçamentária	33.721.801.860,49
Recebimentos Extraorçamentários	10.488.035.310,77
(-) Despesa Orçamentária	(30.809.095.697,42)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(4.432.514.672,36)
(-) Pagamentos Extraorçamentários	(9.959.215.749,08)
Resultado	(990.988.947,60)

A conta "Transferências Financeiras Concedidas" representa os repasses às Entidades da Administração Indireta Municipal efetuados para atender despesas orçamentárias.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são compostos pelas movimentações de restos a pagar, depósitos e outras operações.

4.2.1 – Recebimentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar, que representam despesas empenhadas não liquidadas e despesas liquidadas não pagas até 31/12/2023, são demonstrados na coluna de ingressos como recebimentos extraorçamentários para fins de compensação da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada demonstrada na coluna de dispêndios. Os valores estão representados por:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	55.608.739,82	620.175.691,79	675.784.431,61
Materiais, Serviços e Outros	652.772.059,34	376.401.451,46	1.029.173.510,80
Obrigações Tributárias	52.828.024,52	578.200,83	53.406.225,35
Amortização da Dívida	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Investimentos	366.448.185,91	434.588.367,68	801.036.553,59
Inversões Financeiras	55.342.181,83	-	55.342.181,83
Total	1.182.999.191,42	1.431.743.711,76	2.614.742.903,18

4.2.2 – Pagamentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2023 referem-se a:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	16.299.954,66	922.432.216,60	938.732.171,26
Materiais, Serviços e Outros	430.027.599,06	730.429.720,61	1.160.457.319,67
Obrigações Tributárias	19.051.871,57	1.451.469,07	20.503.340,64
Investimentos	103.484.665,17	524.994.715,09	628.479.380,26
Inversões Financeiras	-	1.725.916,44	1.725.916,44
Total	568.864.090,46	2.181.034.037,81	2.749.898.128,27



4.3 - Balanço Patrimonial

4.3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de numerários em Caixa e Equivalentes de Caixa estão demonstrados da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
<u>Poder Executivo</u>		
Bancos e Aplicações Financeiras	4.574.259.188,41	6.287.459.998,24
Rede Bancária	12.627.980,21	21.878.987,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	952.047.812,54	217.066.717,40
Total Poder Executivo	5.538.934.981,16	6.526.405.703,19
<u>Poder Legislativo</u>		
CMRJ	47.503.741,28	90.034.943,52
FECMRJ	114.931.266,11	88.333.542,05
TCMRio	17.057.870,35	4.642.617,74
Total Poder Legislativo	179.492.877,74	183.011.103,31
Total	5.718.427.858,90	6.709.416.806,50

4.3.2 – Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos créditos de competência até 31/12/2023, com expectativa de recebimento até 31/12/2024, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber	4.751.741.349,46	694.525.100,82
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	147.830.299,95	3.908.652.462,56
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	339.251.162,55	358.374.496,46
Devedores por Empréstimos Concedidos	127.970.872,40	127.970.872,40
Total	5.366.793.684,36	5.089.522.932,24

Os créditos tributários a receber referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
ISS	4.711.464.380,50	663.431.240,22
COSIP	40.276.968,96	31.093.860,60
Total	4.751.741.349,46	694.525.100,82

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	12.118.365,52	1.508.488.672,82
ISS	135.711.934,43	2.398.851.735,66
ITBI	-	1.312.054,08
Total	147.830.299,95	3.908.652.462,56



O ISS parcelado foi detalhado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da seguinte

forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Demais credores	128.263.797,28	2.386.781.398,08
Intragovernamentais	248.508,12	93.824,43
Programa de Pagamento Incentivado - PPI Carioca	532,12	6.097,85
Programa de Pagamento Incentivado - PPI Uniprofissional	288.350,40	2.068,84
Concilia RIO	-	296.375,80
Concilia 2019	335.246,42	2.338.066,46
Concilia 2020	6.575.500,09	9.333.904,20
Total	135.711.934,43	2.398.851.735,66

Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributária		
IPTU	246.113.195,50	248.257.919,47
ISS	78.235.472,58	97.298.372,48
Taxas	2.287.814,22	2.365.223,21
IVC	840,34	-
ITBI	1.538.966,24	1.522.517,07
Subtotal	328.176.288,88	349.444.032,23
Não Tributária		
Multas	7.031.360,16	7.467.493,07
Demais Créditos	4.043.513,51	1.462.971,16
Subtotal	11.074.873,67	8.930.464,23
Total	339.251.162,55	358.374.496,46

4.3.3 – Demais Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos demais créditos de competência até 31/12/2023, com expectativa de recebimento até 31/12/2024, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Adiantamentos Concedidos	3.454.608,96	3.454.608,96
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	957.125.973,43	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	64.190.671,28	54.240.351,29
Depósitos Judiciais Prestados	23.640,00	23.640,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	153.754.509,24	154.760.068,08
Créditos Administrativos - Autos de Infração	646.398.948,17	704.088.658,85
Créditos Administrativos - Multas de Trânsito	1.369.948.507,78	1.515.736.418,73
Créditos a Receber por Cessão Não Onerosa do Tipo Condição	211.664.599,99	-
Créditos com Instituições da Administração Indireta - PCRJ	208.478.020,03	186.345.729,24
Créditos por Transferências Voluntárias a Receber da União - FNS	337.522.569,26	181.410.183,56
Créditos Imobiliários e de Convênios - Estado do RJ	142.124.735,20	135.444.155,25
Créditos com Cessão de Pessoal a Outros Entes da Federação	17.391.085,12	13.360.319,48
Créditos com Rescisões Contratuais	23.289.136,28	21.263.391,27
Créditos Diversos	10.481.094,15	3.572.105,98
Total	4.145.848.098,89	2.973.699.630,69



O valor de R\$ 957.125.973,43 registrado na conta contábil de Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos refere-se às parcelas a serem recebidas pela concessão do saneamento. Esse valor é subdividido em: R\$ 765.458.933,43, relacionado à parcela de outorga fixa da concessão dos blocos 1 e 4, atualizada mensalmente pelo IPCA, com previsão de repasse pelo Estado do Rio de Janeiro em 31/10/2024, e R\$ 191.667.040,00, relacionado às parcelas de outorgas variáveis previstas para serem pagas pelas concessionárias ao Município do Rio de Janeiro.

4.3.4 – Estoques

Compreende os valores dos materiais adquiridos com objetivo de utilização. No Poder Executivo, representam os valores dos materiais controlados através do Sistema de Informações Gerenciais de Materiais (SIGMA).

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Material de Consumo - Poder Executivo	382.974.639,33	507.224.799,20
Material de Consumo - CMRJ	1.200.467,79	1.363.943,57
Material de Consumo - TCMRio	241.796,37	334.509,96
Total	384.416.903,49	508.923.252,73

4.3.5 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado nesta conta refere-se a créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte (31/12/2024) e está composto de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	456.796.711,49	439.162.251,41
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	66.318.045.901,61	65.471.101.721,62
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.066.724,78	13.149.972,77
Demais Créditos a Longo Prazo	1.477.803.271,88	731,48
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(35.119.390.782,37)	(35.915.530.925,88)
Total	33.146.321.827,39	30.007.883.751,40

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	25.567.138,24	133.038.675,68
ISS	430.742.140,93	305.456.591,39
ITBI	487.432,32	666.984,34
Total	456.796.711,49	439.162.251,41



Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributárias		
IPTU	27.883.773.351,40	28.371.193.876,52
ISS	31.118.913.090,53	30.453.195.095,09
Taxas	802.473.629,38	666.437.205,06
IVC	279.203.800,42	282.175.444,35
ITBI	1.700.979.281,04	1.552.890.854,76
Subtotal	61.785.343.152,77	61.325.892.475,78
Não Tributárias		
Multas	2.632.676.487,21	2.392.233.847,00
Demais Créditos	1.900.026.261,63	1.752.975.398,84
Subtotal	4.532.702.748,84	4.145.209.245,84
Total	66.318.045.901,61	65.471.101.721,62
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(35.119.390.782,37)	(35.915.530.925,88)
Créditos da Dívida Ativa com Expectativa de Recebimento	31.198.655.119,24	29.555.570.795,74

Os Demais Créditos a Longo Prazo no valor de R\$ 1.477.803.271,88 são subdivididos em: R\$ 805.543.533,33 relacionado à cessão não onerosa do tipo condição de veículos BRT à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (C.M.T.C. Rio – MOBI-Rio), e R\$ 672.259.738,55, composto pelas parcelas das outorgas fixas das concessões de saneamento dos blocos 2 (R\$ 523.296.914,07) e 3 (R\$148.962.824,48), atualizadas mensalmente pelo IPCA, com previsões de repasse pelo Estado do Rio de Janeiro em 06/02/2025 e 30/07/2025, respectivamente.

4.3.6 – Investimentos

Os investimentos permanentes do Município do Rio de Janeiro se concentram nas participações societárias majoritárias nas empresas constituídas e mantidas pelo Poder Executivo, que atuam na descentralização administrativa em áreas diversas da Administração Municipal, além de ações de companhias do setor de telecomunicações e de companhias pertencentes à Administração do Estado do Rio de Janeiro.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto - CDURP	-	297.311.323,48
Companhia Carioca de Securitização	-	29.995,33
Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME	16.327.344,30	18.093.264,36
Empresa Municipal de Artes Gráficas	12.998.842,56	9.973.951,61
Agência de Fomento do Município AS	923.625,73	4.502.280,71
Multirio Empresa Municipal de Multimeios Ltda	5.799.243,27	2.209.286,26
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	36.049.055,86	332.120.101,75
Empresas Setor de Telecomunicações	276.673,95	276.673,95
(-) Ajuste de Perdas em Avaliação de Investimentos	(29.284,74)	(29.284,74)
Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do RJ - RIOTRILHOS	70.920.334,18	70.920.334,18
METRÔ - Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	15.020.258,37	15.020.258,37
Outras participações	80.353,55	80.353,55
Participações Avaliadas pelo Método do Custo	86.268.335,31	86.268.335,31
Total	122.317.391,17	418.388.437,06



As empresas que no exercício atual estão com Patrimônio Líquido negativo estão relacionadas a seguir:

Empresas com Patrimônio Líquido Negativo

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A
RIOCENTRO S/A - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ
Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET RIO
Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE
Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP
Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO
Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR
Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Rio
Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE

4.3.7 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, conforme tabelas a seguir:

Bens Móveis - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2023	Depreciação em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	298.869.904,40	208.260.582,71	90.609.321,69	55.591.743,17
Veículos	20	18.966.955,65	18.049.779,29	917.176,36	944.838,61
Obras de Arte e Decoração	-	67.896.723,21	-	67.896.723,21	65.357.375,40
Móveis e Utensílios	10	1.197.574.113,20	700.027.591,11	497.546.522,09	354.232.973,34
Bens Móveis em Almoarifado	-	5.845.553,82	-	5.845.553,82	56.278.674,99
Bens Móveis a Incorporar	-	391.592.000,00	-	391.592.000,00	381.811.000,00
Importações em Andamento	-	48.626.867,46	-	48.626.867,46	180.790.599,52
Subtotal		2.029.372.117,74	926.337.953,11	1.103.034.164,63	1.095.007.205,03
Bens Móveis - Poder Legislativo					
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2023	Depreciação em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	8.659.194,45	5.762.899,29	2.896.295,16	3.364.750,20
Equipamentos de Telecomunicações, Som e Imagem	20	863.759,14	291.519,50	572.239,64	429.607,67
Aparelhos e Instrumentos	20	77.513,23	19.460,54	58.052,69	52.271,61
Máquinas e Equipamentos	20	1.097.983,24	476.958,85	621.024,39	456.358,47
Mobiliário em Geral	10	4.862.708,32	3.064.491,66	1.798.216,66	1.774.806,72
Veículos	10	2.667.381,85	824.803,46	1.842.578,39	1.402.023,44
Subtotal		18.228.540,23	10.440.133,30	7.788.406,93	7.479.818,11
Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2023	Depreciação em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	22.001.942,74	10.204.780,91	11.797.161,83	11.541.896,88
Móveis, Utensílios, Máquinas, Equipamentos e Instrumentos	20	18.249.792,03	12.123.637,16	6.126.154,87	6.534.105,81
Veículos	20	857.650,79	670.222,46	187.428,33	293.470,05
Obras de Arte, Antiguidades, Objetos históricos e Artísticos	20	1.316.979,46	166,10	1.316.813,36	1.316.813,36
Subtotal		42.426.365,02	22.998.806,63	19.427.558,39	19.686.286,10
Total Bens Móveis		2.090.027.022,99	959.776.893,04	1.130.250.129,95	1.122.173.309,24

**Bens Imóveis - Poder Executivo**

Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2023 R\$	Depreciação em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R\$
Bens de Uso Especial					
Terrenos	-	965.978.780,36	-	965.978.780,36	968.527.731,59
Edificações	2	172.459.073,50	37.367.072,18	135.092.001,32	137.937.354,16
Imóveis de Uso Educacional	2	746.849.261,78	65.329.990,38	681.519.271,40	236.563.907,35
Fazendas, Parques e Reservas	-	566.874.039,64	-	566.874.039,64	40.985.133,84
Hospitais e Unidades de Saúde	2	169.397.882,00	15.767.621,72	153.630.260,28	21.237.875,73
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2	795.679.066,87	162.234.514,64	633.444.552,23	560.544.747,63
	-				
Bens Dominicais	2	358.080.005,38	54.663.418,25	303.416.587,13	281.344.583,93
Bens de Uso Comum do Povo	-	1.321.700.174,76	-	1.321.700.174,76	-
Bens Imóveis em Andamento	-	7.316.241.269,03	-	7.316.241.269,03	11.364.702.329,48
Bens Imóveis a Classificar	-	260.041.527,40	-	260.041.527,40	133.643.686,40
Subtotal		12.673.301.080,72	335.362.617,17	12.337.938.463,55	13.745.487.350,11

Bens Imóveis - Poder Legislativo

Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2023 R\$	Depreciação em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R\$
Bens Imóveis - Poder Legislativo - CMRJ		476.263.339,17	-	476.263.339,17	406.818.399,49
Bens Imóveis - Poder Legislativo - TCMRio	-	9.516.526,18	-	9.516.526,18	7.643.487,07
Subtotal		485.779.865,35	-	485.779.865,35	414.461.886,56
<hr/>					
Total Bens Imóveis		13.159.080.946,07	335.362.617,17	12.823.718.328,90	14.159.949.236,67

A conta “Bens Imóveis em Andamento” apresenta os gastos decorrentes da execução orçamentária nas naturezas de despesa de Obras e Instalações e Aquisição de Imóveis.

No exercício de 2023, foram segregados os gastos em despesas e custos em função do objeto contratado, através das seguintes contabilizações:

- Ajuste no Patrimônio Líquido no valor de R\$ 2.909.081.862,41, por se tratar de gastos em exercícios anteriores com conservação, manutenção e requalificação de ativos sem ampliação relevante no potencial de geração de benefícios futuros; e
- Reclassificação do valor de R\$ 2.628,186.726,44 conforme detalhamento abaixo:

Descrição da Conta Contábil	Valor
Bens de Uso Especial	
Imóveis de Uso Educacional	447.864.878,41
Fazendas, Parques e Reservas	525.888.905,80
Hospitais e Unidades de Saúde	133.087.211,51
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	82.873.123,30
<hr/>	
Bens de Uso Comum do Povo	1.321.700.174,76
Bens Imóveis a Classificar	116.772.432,66
<hr/>	
Total	2.628.186.726,44



4.3.8 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Intangível - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2023	Depreciação em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
		R\$	R\$	R\$	R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	20	44.077.915,51	41.654.424,36	2.423.491,15	27.057.596,22
Subtotal		44.077.915,51	41.654.424,36	2.423.491,15	27.057.596,22

Intangível - Poder Legislativo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2023	Depreciação em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
		R\$	R\$	R\$	R\$
Intangível - Poder Legislativo - TCMRio	-	2.976,00	-	2.976,00	2.976,00
Intangível - Poder Legislativo - CMRJ	-	2.895.860,00	-	2.895.860,00	-
Subtotal		2.898.836,00	-	2.898.836,00	2.976,00

Total Intangível					
		R\$	R\$	R\$	R\$
		46.976.751,51	41.654.424,36	5.322.327,15	27.060.572,22

4.3.9 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Estão registrados nessa conta no Passivo Circulante e Não Circulante, as obrigações incorridas e não pagas referentes a salários de pessoal ativo, contribuições patronal e suplementar ao Fundo de Previdência, Precatórios relativos à pessoal, benefícios assistenciais e outros, decorrentes ou não da execução orçamentária. Em Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado, está registrado o parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, objeto do e-Processo nº 10348.723081/2023-47 (NFLD nº 35.108.752-4, nº 35.463.822-0 e nº 35.463.823-8), com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março/2023. No Longo Prazo, também está registrado o valor de R\$ 43.199.869,43, referente a Precatórios de Pessoal conhecidos após 1º de julho de 2023.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	1.353.291.571,16	1.362.678.572,76	-	-
Precatórios de Pessoal	90.496.399,30	63.406.392,96	43.199.869,43	44.383.647,25
Benefícios Previdenciários a Pagar	-	4.007.299,33	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	-	14.009.557,36	-	-
Encargos Sociais a Pagar	24.701.576,00	328.795.445,35	-	-
Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado	1.212.426,36	-	3.839.350,15	-
Subtotal	1.469.701.972,82	1.772.897.267,76	47.039.219,58	44.383.647,25

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Longo Prazo
	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar - CMRJ	19.018.231,82	10.706.984,84	-	-
Pessoal a Pagar - TCMRio	12.288.299,19	2.702.130,53	-	-
Subtotal	31.306.531,01	13.409.115,37	-	-

Total				
	R\$	R\$	R\$	R\$
	1.501.008.503,83	1.786.306.383,13	47.039.219,58	44.383.647,25



4.3.10 - Empréstimos e Financiamentos

Referem-se aos valores exigíveis a curto e longo prazo, registrados no passivo circulante e não circulante da Dívida Fundada Interna e Externa. Os valores estão atualizados pela variação monetária e cambial respectivamente até a posição de 31 de dezembro de cada exercício, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/1964, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

No quadro a seguir, foram consolidados os saldos dos contratos compostos pelo valor principal atualizado, acrescido dos encargos, assim como os encargos a apropriar, no caso das dívidas pré-fixadas, nas posições dos exercícios atual e anterior.

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Internos	1.104.251.689,38	981.870.782,17	6.669.975.928,01	6.397.570.379,02
CEF	226.917.257,79	210.153.668,09	2.782.695.440,39	2.773.897.340,35
Banco do Brasil	83.538.074,08	-	1.044.225.925,92	-
BNDES	703.131.154,48	691.774.208,69	2.387.121.132,07	2.993.278.888,43
STN	90.665.203,03	79.942.905,39	455.933.429,63	630.394.150,24
Externos	579.452.844,27	391.532.165,15	4.556.316.126,93	4.780.469.123,93
BID	85.381.024,18	92.019.203,60	487.085.760,05	616.974.767,22
BIRD	248.452.256,88	233.333.980,98	4.069.230.366,88	3.964.957.414,90
Fornecedores	245.619.563,21	66.178.980,57	-	198.536.941,81
Total	1.683.704.533,65	1.373.402.947,32	11.226.292.054,94	11.178.039.502,95

4.3.11 - Fornecedores e Contas a Pagar

Estão registradas nessa conta as obrigações a pagar relativas a serviços prestados, materiais e bens entregues e precatórios judiciais de fornecedores, decorrentes ou não da execução orçamentária. As obrigações incorridas e não inscritas em restos a pagar totalizam R\$ 629.530.391,17, em 31/12/2023.

Também estão registradas nessa conta as parcelas correspondentes ao parcelamento dos restos a pagar inscritos até o exercício de 2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235/2021, regulamentada pelos Decretos Rio nº 49.831/2021 e nº 50.459/2022 e Resoluções Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18, de 13 de dezembro de 2021, nº 22, de 25 de fevereiro de 2022, nº 23, de 14 de junho de 2022, nº 27, de 23 de dezembro de 2022 e nº 29 de 22 de junho de 2023.

Os precatórios de fornecedores e contas a pagar no curto prazo representam os valores orçados para pagamento no exercício de 2024, que totaliza R\$ 293.392.478,60, e no longo prazo, representam os precatórios conhecidos após 1º de julho de 2023, que totaliza R\$ 94.501.565,94.



O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação	2.296.006.583,02	2.204.377.878,17		
Contas a Pagar - Parcelamento	52.992.009,01	51.402.285,87	268.606.017,50	313.192.389,60
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	63.933.565,33	63.933.565,33		
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	293.392.478,60	122.205.247,65	94.501.565,94	172.583.628,44
Fornecedores Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	847.347,40	-		
Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	25.868.732,10	25.868.732,10		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra OFSS	135.938.353,29	158.452.392,17		
Contas a Pagar de Credores Nacionais	8.597.016,36	5.812.918,34		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Inter OFSS - União	6.545.394,96	3.391.147,43		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Inter OFSS - Estado	68.512.880,94	2.235.802,04		
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.352.215,63		
Subtotal	2.952.634.361,01	2.639.032.184,73	363.107.583,44	485.776.018,04

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação - CMRJ	14.367.345,10	11.335.884,72		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação - TCMRio	5.014.222,24	2.160.115,36		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra - CMRJ	108.910,72	4.075,43		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra - TCMRio	18.999,50	19.080,50		
Subtotal	19.509.477,56	13.519.156,01		

Total	2.972.143.838,57	2.652.551.340,74	363.107.583,44	485.776.018,04
--------------	-------------------------	-------------------------	-----------------------	-----------------------

4.3.12 - Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações relativas a impostos, taxas e contribuições, decorrentes ou não da execução orçamentária. Em Obrigações Tributárias a Recolher está registrada a contribuição ao PASEP de dezembro/2023, não inscrita em restos a pagar, no valor de R\$ 3.246,54.

Em Tributos Renegociados - Multas, está registrado os parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, objetos dos Processo nº 11.707.721.403.201.892, nº 11.707.721.394.201.830, nº 11.707.720.585.201.965 e nº 11.707.720.518.201.606, com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março/2023.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Obrigações Tributárias a Recolher	50.188.904,72	35.215.431,48	-	-
Tributos Renegociados - Multas	158.866,92	-	503.078,58	-
Total	50.347.771,64	35.215.431,48	503.078,58	-

4.3.13 – Provisões

No curto prazo, está registrada a provisão para pagamento dos valores relativos ao Acordo de Resultados do exercício de 2016, conforme Voto nº 047/2021 do TCMRio, instruído no Processo Administrativo nº 13/000.446/2021, no montante de R\$ 19.138.579,37.

No longo prazo, as provisões cíveis referem-se às ações judiciais em curso e transitadas em julgado (ainda não inscritas em precatórios), que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, com provável possibilidade de haver desembolsos de recursos. Os registros foram feitos com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município (PGM). Em outras provisões, está registrado



o valor da dívida estimada com o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), em decorrência do artigo 5º da Lei nº 6.852/2021, que revogou o § 6º, do art. 33 da Lei nº 3.344/2001, que então quitava todas as dívidas do Município e do PREVI-RIO com o FUNPREVI e vice-versa.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Provisão para Riscos Trabalhistas	19.138.579,37	19.138.579,37	-	-
Provisões Cíveis	-	-	2.255.852.210,10	3.675.332.372,56
Outras Provisões	-	-	944.960.708,74	788.702.770,88
Total	19.138.579,37	19.138.579,37	3.200.812.918,84	4.464.035.143,44

4.3.14 - Demais Obrigações

No Passivo Circulante, com exigibilidade de curto prazo, estão registrados os valores de depósitos administrativos, obrigações com depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015, depósitos administrativos tributários e não tributários, valores a repassar às instituições da Administração Indireta para custeio de suas atividades operacionais e valores de retenções tributárias sobre obrigações trabalhistas e serviços faturados.

No Passivo Não Circulante, com exigibilidade de longo prazo, estão registrados os valores dos depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015, depósitos administrativos tributários e não tributários e obrigações relativas às despesas da Operação Urbana Consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro, exercícios de 2011 a 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CDURP, arquivada na Junta Comercial do Estado do RJ, em 13/05/2016.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consignações sobre Folha de Pagamento	23.841.066,14	83.087.342,71	-	-
Depósitos de Recursos Judiciais - LC 151/2015	726.990.748,63	526.334.875,35	1.696.311.746,80	1.228.114.709,15
Fundo de Reserva a Recompôr - LC 151/2015	-	445.621.904,72	-	-
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Executivo	72.303.228,71	65.207.230,50	-	-
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Legislativo	137.998,74	137.998,74	-	-
Depósitos Administrativos Tributários	86.683.550,38	89.314.949,11	202.261.617,56	208.401.547,95
Depósitos Administrativos Não Tributários	5.688.963,98	5.688.963,98	13.274.249,27	13.274.249,27
Outros Depósitos de Terceiros	12.292.323,67	12.286.258,44	-	-
Retenções Contratuais	2.237.827,74	1.867.562,99	-	-
ISS s/ Faturas	10.800.799,74	15.003.402,32	-	-
IRRF s/ Faturas	11.065.456,32	15.918.634,89	-	-
INSS s/ Faturas	17.742.018,67	15.272.113,76	-	-
Créditos Utilizados no Transporte Público	68.203.340,39	-	-	-
Valores a Repasses as Instituições da Administração Indireta	442.816.218,18	610.442.462,83	75.853.984,23	104.242.903,61
Depósitos e Receitas a Apropriar	244.614.741,90	293.129.837,02	-	-
Obrigações - Companhia do Porto - CDURP	-	-	79.784.276,13	79.784.276,13
Outros Valores Restituíveis	10.178.182,96	6.295.106,45	-	-
Total	1.735.596.466,15	2.185.608.643,81	2.067.485.873,99	1.633.817.686,11

4.3.15 – Resultado Diferido

Está registrado neste grupo o valor referente à receita diferida da folha de pagamento da Administração Direta conforme contrato SMFP nº 104.2022, firmado entre o MRJ e o Banco Santander, no montante de R\$ 153.022.501,50.



4.3.16 – Patrimônio Líquido

O resultado patrimonial de 2023 foi de R\$ 3.840.574.024,62, tendo sido efetuados ajustes negativos no montante de R\$ 967.435.956,11, por retificação de erros de registros relativos a exercícios anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Detalhamento do Ajuste	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2023
		Fato	R\$
Ativo Circulante	15.281.562.622,16	Retificação por correção de valores.	(126.119,23)
		Retificação de Créditos a Receber por Concessão - Outorga Fixa da CEDAE	731.639.174,11
		Retificação em Estoques/Almoxarifado, por correção de saldos.	(56.662,92)
			16.013.019.014,12
Ativo Não Circulante	45.735.455.306,59	Retificação de Créditos a Receber por Concessão - Outorga Fixa da CEDAE	642.538.966,24
		Retificação da Variação Cambial de Importações em Andamento	(86.425.211,51)
		Retificação em Execução de Obras e Projetos por desconhecimento de gastos	(2.471.426.126,89)
		Retificação em Desapropriações por desconhecimento de gastos	(861.509,74)
		Retificação em Ampliação, Reconstrução e Reformas por desconhecimento de gastos	(436.794.225,78)
			43.382.487.198,91
Passivo Circulante	8.052.223.325,85	Inscrição de Dívidas de Anos Anteriores	1.909.452,76
		Retificação de Obrigações Trabalhistas por cancelamentos de restos a pagar e regularização de saldos.	(10.412.918,73)
		Retificação de Contratos e Financiamentos por quitação antecipada de saldo devedor.	(122.030.746,85)
		Retificação de Fornecedores, por cancelamentos de restos a pagar e regularização de saldos.	(335.893.136,48)
		Retificação de Obrigações Fiscais, por cancelamento de restos a pagar e regularização de saldos.	(16.056.419,56)
		Retificação de Valores Restituíveis, por regularização de saldos.	(812.857,31)
		Retificação de Repasses a Pagar, por correção de inscrições e cancelamentos.	(175.697.615,64)
			7.393.229.084,04
Passivo Não Circulante	18.014.719.045,29	Retificação em Fornecedores, por ajuste de inscrições da dívida parcelada.	4.918.482,20
		Efeito líquido	(967.435.956,11)

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício, obtido por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas, no valor de R\$ 54.622.184.252,13, e as variações patrimoniais diminutivas, no valor de R\$ 50.781.610.227,51, foi positivo em R\$ 3.840.574,024,62.

4.5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido variou positivamente em R\$ 2.873.138.068,51 ao final do exercício de 2023. Essa variação decorre de ajustes de exercícios anteriores, no valor de - R\$ 967.435.956,11 detalhado no item 4.3.16, e do resultado do exercício positivo em R\$ 3.840.574.024,62.



O detalhamento do resultado acumulado apresenta-se da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	3.840.574.024,62	6.258.100.844,73
Resultado de Exercícios Anteriores	34.950.075.557,61	11.871.960.754,83
Ajustes de Exercícios Anteriores	(967.435.956,11)	16.820.013.958,05
Total	37.823.213.626,12	34.950.075.557,61

4.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa na Administração Direta foi negativa no valor de R\$ 990.988.947,60, representando um decréscimo de 17,44%, se comparado ao ano de 2022, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Detalhamento	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (a)	6.709.416.806,50
Caixa e Equivalente de Caixa Final (b)	5.718.427.858,90
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (a-b)	(990.988.947,60)

Descrição das atividades dos Fluxos de Caixa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	R\$	R\$	
Operacional			
Ingressos	32.263.839.922,85	29.671.088.210,29	8,74
(-) Desembolsos	(30.460.282.659,00)	(27.562.324.213,27)	10,51
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	1.803.557.263,85	2.108.763.997,02	-14,47
Investimento			
Ingressos	67.583.983,38	6.324.630,92	968,58
(-) Desembolsos	(3.620.619.409,20)	(1.873.883.522,12)	93,21
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(3.553.035.425,82)	(1.867.558.891,20)	90,25
Financiamento			
Ingressos	2.054.352.741,04	153.171.534,62	1241,21
(-) Desembolsos	(1.295.863.526,67)	(1.238.232.040,83)	4,65
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (I+II+III)	758.489.214,37	(1.085.060.506,21)	-169,90
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	(990.988.947,60)	(843.855.400,39)	17,44

5 – Informações Complementares

Ativos e Passivos Contingentes

Os Ativos Contingentes surgem da possibilidade de ingressos de recursos sob a forma de benefícios ou potencial prestação de serviços, e devem ser reconhecidos em contas de controle quando a entrada desse recurso for considerada provável, de acordo com a NBCT SP nº 03, de 21/10/2016, do Conselho Federal de Contabilidade.

O Município do Rio de Janeiro postula na justiça ações de cobrança contra terceiros que possuem perspectivas de êxito provável, conforme informações da Procuradoria Geral do Município, apresentadas no quadro a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Contingências Ativas	760.821.666,79	9.483.406.599,53



Os passivos contingentes, ou seja, para os quais haja possibilidade de desembolsos futuros, não são reconhecidos em contas patrimoniais, em conformidade com a NBC TSP 03 do CFC, e totalizam R\$ 33.479.664.896,93 e R\$ 136.872.546.907,98, respectivamente em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Desvinculação de Receita Municipal - DREM

O Decreto Rio nº 53.640, de 29 de novembro de 2023, promoveu a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, e Decreto Rio nº 42.618, de 06 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 284.937.196,40, conforme quadro a seguir:

Detalhamento	R\$
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - FR 750	162.751,89
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - FR 751	123.628.288,79
Recursos Vinculados ao Trânsito - FR 752	41.362.029,20
Recursos Vinculados a Fundos - FR 759	11.093.559,64
Outros Recursos Vinculados - FR 899	108.690.566,88
Total	284.937.196,40